

7º ATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

Termo de Referência 66/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
66/2026	160001-7º ATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	VICTOR LEONARDO DE MORAIS NASCIMENTO	07/05/2026 10:48 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64045.001017/2026-98

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64045.001017/2026-98)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços mecânicos com fornecimento de peças de reposição e acessórios para manutenção veicular e equipamentos de engenharia(máquinas pesadas),conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quantidade Mínima em (homem hora) e quantidade mínima em R\$ por empenho na compra de peças	Quantidade Máxima em (homem hora) e quantidade máxima em R\$ por empenho na compra de peças	Percentual de desconto nos serviços e Percentual mínimo de desconto nas peças	Valor de Referência em R\$	Valor Total dos Serviços por item sem Percentual de Desconto em R\$
		Serviço de MECÂNICA bem como :							

1	1	assistência técnica e manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o seguimento de viatura leve (custo HOMEM-HORA), cujo quantitativo de homem horas necessário para execução de cada serviço mecânico (tempo padrão de reparo – TPR). Conforme Mapa da Frota, Adendo “A” deste Termo de Referência.	3565	Hora	1 HORA	72 HORAS	1%	R\$ 350,00	R\$ 25.200,00
	2	Peças para MECÂNICA bem como: de reposição, acessórios e suprimentos originais /genuínos ou similares, óleos e filtros lubrificantes para o seguimento de viatura leve. Conforme Mapa da Frota, Adendo “A” deste Termo de Referência.	612815	unidade	R\$ 1,00	-	3 %	R\$ 1,00	R\$ 60.000,00
	3	Serviço de MECÂNICA bem como: assistência técnica e manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o seguimento de	3565	Hora	1 HORA	122 HORAS	1%	R\$ 350,00	R\$ 42.700,00

2		viatura pesada (custo HOMEM-HORA), cujo quantitativo de homem horas necessário para execução de cada serviço mecânico (tempo padrão de reparo – TPR). Conforme Mapa da Frota, Adendo “A” deste Termo de Referência.							
	4	Peças para MECÂNICA bem como: de reposição, acessórios e suprimentos originais /genuínos ou similares, óleos e filtros lubrificantes para o seguimento de viatura pesada. Conforme Mapa da Frota, Adendo “A” deste Termo de Referência.	612815	unidade	R\$ 1,00	-	3 %	R\$ 1,00	R\$ 238.000,00
	5	Serviço de MECÂNICA bem como: assistência técnica e manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o seguimento de equipamento de engenharia (custo HOMEM-HORA), cujo quantitativo de homens-horas necessário para	3565	Hora	1 HORA	245 HORAS	1%	R\$ 350,00	R\$ 85.750,00

3		execução de cada serviço mecânico (tempo padrão de reparo – TPR). Conforme Mapa da Frota, Adendo “A” deste Termo de Referência.							
	6	Peças para MECÂNICA, bem como: de reposição, acessórios e suprimentos originais /genuínos ou similares para o seguimento de equipamento de engenharia. Conforme Mapa da Frota, Adendo “A” deste Termo de Referência.	612815	unidade	R\$ 1,00	-	3 %	R\$ 1,00	R\$ 217.000,00
4	7	Serviço de HIDRÁULICA bem como: assistência técnica e manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o seguimento de viatura pesada. (custo HOMEM-HORA), cujo quantitativo de homens-horas necessário para execução de cada serviço mecânico (tempo padrão de reparo – TPR). Conforme Mapa da Frota,	3565	Hora	1 HORA	55 HORAS	1 %	R\$ 360,00	R\$ 19.800,00

		Adendo “A” este Termo de Referência							
	8	Peças para HIDRÁULICA, bem como: de reposição, acessórios e suprimentos originais /genuínos ou similares para o seguimento de viatura pesada. Conforme Mapa da Frota, Adendo a deste Termo de Referência.	612815	unidade	R\$ 1,00	-	3,5 %	R\$ 1,00	R\$ 56.000,00
5	9	Serviço de HIDRÁULICA bem como: assistência técnica e manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o seguimento de equipamento de engenharia. (custo HOMEM-HORA), cujo quantitativo de homens-horas necessário para execução de cada serviço mecânico (tempo padrão de reparo – TPR). Conforme Mapa da Frota, Adendo“A” deste Termo de Referência.	3565	Hora	1 HORA	70 HORAS	1 %	R\$ 360,00	R\$ 25.200,00
		Peças de HIDRÁULICA, bem como: de reposição, acessórios e suprimentos							

	10	originais /genuínos ou similares para o seguimento de equipamento de engenharia. Conforme Mapa da Frota, Adendo “A”, deste Termo de Referência.	612815	unidade	R\$ 1,00	-	3,5 %	R\$ 1,00	R\$ 63.000,00
	11	Serviço de RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BOMBA INJETORA E BICOS INJETORES PARA MOTORES A DIESEL, MECÂNICO E ELETRÔNICO bem como: assistência técnica e manutenção preventiva, preditiva e corretiva para todos seguimentos especificados na planilha de viaturas e equipamentos desta OM. (custo HOMEM-HORA), cujo quantitativo de homens-horas necessário para execução de cada serviço mecânico	3565	Hora	1 HORA	310 HORAS	-	R\$ 360,00	R\$ 111.600,00
	12	Serviço de TORNEARIA bem como: recuperação em geral, usinagem, solda mig/tig e /ou similar,							

	embuchamentos, assistência técnica e manutenção preventiva, preditiva e corretiva para todos seguimentos especificados na planilha de viaturas e equipamentos desta OM. (custo HOMEM-HORA), cujo quantitativo de homens-horas necessário para execução de cada serviço mecânico (tempo padrão de reparo – TPR). Conforme Mapa da Frota, Adendo “A” deste Termo de Referência.	3565	Hora	1 HORA	135 HORAS	-	R\$ 360,00	R\$ 48.600,00
--	---	------	------	--------	-----------	---	------------	---------------

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns conforme as seguintes justificativas;
- 1.2.1. Por se tratar de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado conforme inciso VIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021.
- 1.2.2. A presente contratação, que abrange a prestação de serviços mecânicos e o fornecimento de peças de reposição para manutenção de viaturas e equipamentos de engenharia, é classificada como bem e serviço comum.
- 1.2.3. Os serviços e materiais aqui requisitados possuem oferta no mercado e seguem normas técnicas consagradas, especificamente a ABNT NBR 15296 para peças de reposição (conforme detalhado no ETP). A exigência de peças originais ou genuínas assegura a padronização e a compatibilidade técnica sem demandar uma complexidade técnica excepcional que descaracterize a natureza comum do objeto.
- 1.2.4. Da Metodologia de Julgamento a adoção do critério de julgamento por Maior Desconto sobre tabelas de referência de fabricantes ou sistemas de preços especializados.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

- 1.2. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

Prazo de vigência

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do termo de contrato, podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Para fins de lances será adotado no sistema:"o percentual de desconto para as contratações dos serviços que englobam grupos (grupo 1 ao 5) e "menor valor por item (itens 11 e 12). No "maior percentual de desconto" por grupo e menor valor por item, o desconto, dos itens ímpares dos grupos será aquele pré- fixado neste Termo de Referência, devendo assim, o solicitante, ofertar em sua proposta de preços os lances idênticos àqueles que constam no item 1.1 deste termo. Ou seja, na prática, para os itens nº 01, 03, 05, 07 e 09 possuem lances fixados de 1% (um por cento) pela Administração Pública e devem ser seguidos por todos os licitantes conforme orientação contida na Nota Jurídica n.00002/2021/CJU-AC/CGU/AGU, de 04 de fevereiro de 2021. Assim sendo, quaisquer propostas ofertadas para itens supracitados cujos percentuais sejam apresentados divergentes daqueles indicados neste termo, sucessivamente, serão alvo de desclassificação no certame, portanto, concitovos que mantenham inalterados os percentuais ora sugeridos pela Administração durante a fase de lances,sob pena da perda de negócios.

1.6. Os itens 02, 04, 06, 08, 10, serão de livre concorrência. Assim sendo, os licitantes, levando em consideração o princípio da razoabilidade poderão ofertar lances sucessivos até o fechamento dos grupos no sistema.

1.7. Para critério de julgamento da(s) proposta(s) será(ão) considerado(s) o "MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO GLOBAL POR GRUPO" para os itens nº 01 ao 10, ou seja, correspondem aos grupos nº 01 ao 05. Para estes o sistema levará em consideração a média de cada grupo. Logo, sagrar-se-á vencedor o licitante que ofertar o maior desconto no item destinado as PEÇAS de cada grupo. Saliento que, são os itens "pares" de cada grupo ora descritos na tabela do item 1.1. deste termo.

1.8 Para os itens 11 e 12 será utilizado como critério de julgamento da(s) proposta(s) o "MENOR PREÇO POR ITEM DO HOMEM-HORA", levando em consideração o preço máximo estimado pela Administração. Entretanto, quando for o caso, a Administração realizará uma ampla pesquisa de preços periódica por intermédio de 03 (três) licitantes locais e/ou regionais do ramo do objeto da licitação, a fim de que eventuais variações que incidam sobre os custos diretos e indiretos da contratação daquela mão de obra sejam eventualmente corrigidos segundo a realidade praticada no mercado.

1.9. Somente serão adjudicados e homologados os grupos cujos percentuais atinjam o mínimo de desconto informado na tabela do item 1.1 para os itens de PEÇAS (pares), ou seja, o licitante deverá ofertar seus lances com vistas a atingir o percentual mínimo informado na tabela supracitada, conforme a descrição de cada item estipulado nos grupos.

1.10. Somente serão adjudicados e homologados os grupos cujos percentuais sejam idênticos ao desconto informado na tabela para os itens de SERVIÇO (ímpares),ou seja,o licitante deverá ofertar seus lances com vistas a que

sejam iguais ao informado na tabela supracitada, conforme a descrição de cada item estipulado nos grupos.

1.11. Ao final da fase de lances, tanto os percentuais ofertados quanto os valores enviados que, porventura, ultrapassarem a 3ª casa decimal serão reduzidos pelo pregoeiro ao número máximo 02 (duas) casas após a vírgula, com vistas a viabilizar a emissão de empenho no sistema. Tal fato, deve-se, sobretudo, devido a um óbice no sistema SISME/SIAF, sendo, pois, necessário a sua redução para a realização dessa etapa despesa.

1.12. No presente certame há restrições quanto ao parcelamento do objeto, como por exemplo, a reunião de itens em grupos, pois, tornaria inviável um serviço ser realizado por uma empresa e a peça ser fornecida por outra, tendo em vista que poderiam ocorrer atrasos na entrega das peças, ou ainda, que algumas peças fossem entregues em desacordo com o solicitado pela Administração influenciando assim diretamente no tempo de execução do(s) serviço(s).

1.13. Ademais, a garantia pela prestação do serviço executado é diferente daquela atribuída a(s) peça(s) culminando possivelmente em uma lide entre os eventuais fornecedores vencedores do(s) serviço(s) e da(s) peça(s), respectivamente, caso esta Administração optasse pelo parcelamento total do objeto. Em suma, 01 (um) atribuiria a responsabilidade ao outro por não ter executado o(s) serviço(s) corretamente, enquanto que, o outro alegaria que a (s) peça(s) adquirida(s) são de má qualidade e influenciaram no mau funcionamento do veículo ou equipamento, conforme o caso. Paire nesse instante, a razão pela qual não se configura técnica e economicamente viável a adoção do parcelamento total do objeto, pois, a(s) empresa(s) vencedora(s) na suposta situação narrada anteriormente, não seriam responsabilizadas imediatamente pelos prejuízos causados nos equipamentos ou viaturas até que realmente fosse concluído de quem é a culpa, a fim de não cometer qualquer injustiça. Portanto, a melhor saída para evitar prejuízos maiores é a opção pela garantia global do(s) serviço(s) e a aplicação da(s) peça(s) ora atribuída a 01 (um) único vencedor do grupo.

1.14. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.15. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

1.16. A presente contratação se constitui como atividade de custeio previsto na Portaria ME Nr 1.948, de 07 de março de 2022.

1.17. Os prazos de garantia dos serviços mecânicos prestados ou das peças fornecidas deverão ser de, no mínimo, 03 (três) meses, ressalvada previsão específica em sentido diverso constante deste Termo de Referência. A garantia deve contemplar não apenas a execução do serviço mecânico e a substituição da peça/acessório defeituoso, mas também os DANOS COLATERAIS aos equipamentos e viaturas decorrentes da falha do serviço e/ou das peças /acessórios.

1.18. Conforme consulta realizada no Guia de Licitações Sustentáveis, para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013, poderá ser solicitado ao licitante vencedor o Certificado de Regularidade do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, quando houver suporte em lei, norma ambiental ou acordo setorial que preveja a obrigação do comerciante de deter o CTF do fabricante.

1.19. Os bens deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Centrain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), cumbo (Pb), cormo Hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e de cloro elementar (ECF).

1.20. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/200, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitido pelo Protocolo de Montreal, conforme Artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/200;

1.21. Deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos sólidos - PGRS, contantes no site: www.comprasgovernamentais.gov.br, obedecendo também a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a qual dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (Lei nº 12.305 de 02/08/2010);

1.22. Os resíduos deverão ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT /NBR 7.500;

1.23. O armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e do meio ambiente seguirão as normas fixadas pela associação Brasileira de Normas Técnicos - ABNT /NBR 12235;

1.24. Os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos, sob condições de higiene e segurança, serão seguidos de acordo com as normas da ABNT - NBT 12810. Além disso, os requisitos mínimos de construção e de inspeção dos coletores transportadores de resíduos deverão atender as normas da NBR 14652;

1.25. As estações para transferência de resíduos devem estar licenciados pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra;

1.26. A Administração poderá, requerer a manifestação técnica do Setor Requisitante o qual emitirá parecer técnico "favorável" ou "desfavorável" à aceitação da(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelos interessados que participarão do certame. Tudo, em estrita observância aos ditames legais com vistas a recusa da(s) proposta(s) de preços cujo(s) interessado(s) não pertençam ao ramo do objeto dos serviços a serem executados quer seja por grupo ou item individualmente, conforme o caso;

1.27. Os produtos ou serviços ofertados devem respeitar as diretrizes da ANVISA, ABNT, IBAMA, INMETRO e demais normas infralegais regulamentadoras da atividade econômica, caso existentes.

1.28. As peças a serem fornecidas nos serviços prestados deverão ser novas, sem marcas de uso, embaladas em sua embalagem original, constando de todas as especificações técnicas do fabricante, fabricadas no mínimo no ano de 2024.

1.29. As despesas com fretes e demais encargos com a aquisição de peças, necessárias a prestação dos serviços elencados, são de responsabilidade da contratada, devendo as viaturas e equipamentos serem entregues mantidos sem nenhum ônus extra para a Administração.

1.30. Os serviços serão realizados mediante a autorização da Administração e a cotação do tempo homem/hora para realização dos mesmos. Portanto, compete à Administração regular sobre a estimativa do tempo (homem/hora) a ser executado em cada serviço constante na tabela do item 1.1, tendo como base o conhecimento técnico dos militares que integram a Companhia de Equipamento de Engenharia e Manutenção - CEEM. Para tal, valer-se-á das informações obtidas nas diversas tabelas temporárias existentes no mercado brasileiro.

1.31. Para obtenção dos valores de fornecimento das peças de reposição e acessórios para equipamentos de engenharia (máquinas pesadas) e veículos (leves e pesados), as empresas que se consagrarem vencedoras, deverão aplicar o desconto registrado no sistema (lances ofertados), o qual incidirá sobre os preços assim determinado pelos seguintes critérios:

1.31.1. Veículos leves e pesados (viaturas):

1.31.1.1. Os Valores estabelecidos em tabela de peças originais/genuínas dos fabricantes dos veículos (leves e pesados) fornecidos pelos detentores legítimos (fabricantes), ou ainda, na impossibilidade da primeira linha de ação adotar-se-á a tabela Audatex cuja senha de acesso e login serão fornecidos pela Contratada ao Contratante, a fim de que a administração (7º BEC) consulte os valores estipulados na tabela vigente e calcule o desconto ofertado pelo adjudicatário os valores reais das peças a serem fornecidas.

1.31.1.2. Na impossibilidade de obter êxito nos valores pelas linhas de ação anteriores retromencionadas (conforme subitem 1.31.1.1), a Administração recorrerá à realização de uma ampla pesquisa de mercado local ou regional com, no mínimo, 03 (três) licitantes do ramo objeto da licitação aplicando-se em seguida o desconto ofertado pelo adjudicatário na fase de lances sobre a menor das 03 (três) pesquisas colhidas. Daí, obter-se-á o valor real das

peças a serem fornecidas. Tal dispositivo, aplicar-se-á inclusive para o fornecimento de peças similares.

1.31.2. Equipamentos leves e pesados (máquinas):

1.31.2.1. Somente os valores estabelecidos em tabela de peças originais /genuínas dos fabricantes dos equipamentos (leves e pesados) fornecidos pelos detentores legítimos (fabricantes), ou ainda, na impossibilidade da primeira linha de ação a Administração recorrerá à realização de uma ampla pesquisa de mercado local ou regional com, no mínimo, 03 (três) licitantes do ramo objeto da licitação aplicando-se em seguida o desconto ofertado pelo adjudicatário na fase de lances sobre a menor das 03 (três) pesquisas colhidas. Daí, obter-se-á o valor real das peças a serem fornecidas, tendo em vista que, os equipamentos de engenharia não dispõem de tabela Audatex. Tal dispositivo, aplicar-se-á inclusive para o fornecimento de peças similares.

1.32. No item 1.1 constam respectivamente os códigos CATMAT e CATSER, porém, para quaisquer dúvidas a descrição oficial é aquela constante neste Termo de Referência.

1.33. Segue anexo a este Termo 01 (um) relatório contendo as peças e serviços que são realizados rotineiramente por esta Organização Militar.

1.34. A realização dos serviços e a compra de peças somente serão autorizados e pagos após a comprovação da vantagem do preço de cada intervenção pelo Setor Requisitante.

1.35. AS EMPRESAS LICITANTES QUE SAGRAREM-SE VENCEDORAS DEVERÃO ENVIAR O LOGIN/SENHA DO SISTEMA AUDATEX JUNTAMENTE COM AS PROPOSTAS DE PREÇOS, A FIM DE SER VERIFICADO PELA ADMINISTRAÇÃO A VERACIDADE DOS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO POR OCASIÃO DO FORNECIMENTO DAS PEÇAS, SOB PENA DE NÃO ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS.

1.36. As empresas vencedoras deverão possuir estrutura coberta, fechada e que, no mínimo, consigam guardar e executar serviços de 05 (cinco) equipamentos de engenharia ou viaturas de grande porte

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.2 O 7º Batalhão de Engenharia de Construção é frequentemente convocado para atuar nas diversas operações de engenharias de construção, atualmente, na obra de ampliação e pavimentação da pista do aeródromo de Santa Rosa do Purus - Acre, sendo indispensável o uso de equipamentos de engenharia (máquinas pesadas), bem como viaturas (veículos), os quais em uso contínuo demandam a necessidade de manutenções preventivas, preditivas e corretivas.

2.3. As manutenções (preventivas - preditivas - corretivas) deverão ser realizadas por pessoal técnico especializados. Manutenção preventiva entende-se como a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrências de quebras e defeitos nos mecanismos e nas peças dos veículos e equipamentos, com escopo de mantê-los em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as recomendações do fabricante. Já as preditivas é o acompanhamento periódico de equipamentos e viaturas através de dados coletados por meio de monitoração ou inspeções, onde os serviços são realizados antes de possíveis defeitos. A solução de eventuais problemas, danos ou defeitos existentes, assim como, os que venham a surgir de forma inesperada no curso do contrato, de forma a garantir o perfeito funcionamento dos veículos e equipamentos, é o conceito de manutenção corretiva.

2.4. As diversas manutenções realizadas nas viaturas e equipamentos de engenharias só é possível com aquisição de peças e serviços constantes no ETP e Termo de Referência do referido certame.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Devido a complexidade das manutenções realizadas nos equipamentos e viaturas da frota do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, o certame licitatório deve ser pelo critério do maior desconto, ao invés do menor preço por peça, em razão da inviabilidade técnica de determinar, de antemão, quais as peças, tampouco os quantitativos necessários para manutenção de todos os veículos e equipamentos automotores ao longo do ajuste. Ora, um mesmo veículo contempla centenas, às vezes milhares de peças, não sendo sequer cogitável exigir da Administração, de antemão, a indicação de quais e quantas serão as peças adquiridas ao longo da vigência contratual. Desse modo, fica tecnicamente inviabilizado o processamento de licitação pelo critério de julgamento do menor preço global. A alternativa é selecionar o maior desconto sobre a tabela de preços que será aplicada quando da compra das peças necessárias. Nesse caso, independentemente do valor de tabela da peça a ser adquirida, aplicado sobre ele o maior desconto aferido na licitação, assegura-se a maior vantagem para a Administração.

3.2. Cabe salientar também que este órgão, atento à jurisprudência do E. TCU (Acórdão 1700/2007 - TCU - Plenário; Acórdão TCU 326/2010 - Plenário; Acórdão TCU 4775/2011 - 1ª Câmara), não adota desconto linear sobre a tabela oficial para a contratação de serviços mecânicos tampouco o fornecimento de peças, permitindo que os licitantes ofertem distintos descontos, um para cada categoria de veículos ou equipamentos.

3.3. A Contratada arcará com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais.

3.4. A Contratada responderá civil e criminalmente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou ainda, por negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos.

3.5. Será exigida da contratada a prestação de serviços e fornecimento de peças de reposição e acessórios para manutenção veicular dos equipamentos das diversas categorias e marcas constantes da frota do 7º BEC.

3.6. Será exigida ainda a garantia dos serviços por um prazo mínimo de 3 (três) meses.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentável.

4.1.1. Logística Reversa: Obrigatoriedade de a contratada recolher e dar a destinação final ambientalmente adequada aos produtos e embalagens pós-consumo, conforme a Lei nº 12.305/2010.

4.1.2. Embalagens: Devem ser preferencialmente recicláveis, fabricadas com materiais de baixo impacto ambiental e reduzidas ao mínimo necessário para garantir a integridade do produto.

4.1.3. Rastreabilidade: Exigência de comprovantes de destinação final (certificados de descarte ou reciclagem), se for o caso, para fins de fiscalização contratual.

4.1.4. Ausência de Substâncias Perigosas: Garantia de que as peças não contenham metais pesados ou substâncias proibidas (como amianto em pastilhas de freio ou mercúrio em componentes eletrônicos).

4.1.5. Durabilidade e Reparo: Preferência por componentes que apresentem maior vida útil e que facilitem a manutenção preventiva, evitando a substituição precoce.

4.1.6. Plano de Gerenciamento de Resíduos (específico para a logística reversa dos itens cotados).

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021 pelo seguintes motivos;

4.3.1. Embora a garantia de execução (financeira/caução) seja dispensada, a administração mantém a exigência de garantia técnica dos serviços e peças (mínimo de 3 meses) para assegurar a qualidade do objeto.

4.3.2. A dispensa da garantia financeira não exime a contratada de responsabilidade civil e criminal por danos, nem do ônus de multas e penalidades por descumprimento contratual.

4.4. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação ainda abrangem o seguinte:

4.4.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade;

4.4.1.1. A oficina deverá estar localizada em um raio de 600 (seiscentos) Km da sede do 7º BEC ou de seus destacamentos (NO CASO DA VIATURA OU EQUIPAMENTO ESTAR DESTACADO EM OBRAS SOB A RESPONSABILIDADE DO 7º BEC.

4.4.1.2. A empresa declarará que dispõe de ferramental, maquinário e pessoal capacitado para a prestação de assistência técnica e de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, segundo a natureza e características dos equipamentos de engenharia objeto do certame e conforme os prazos estipulados neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar anexo a este certame;

4.4.1.3. A empresa declarará que dispõe de estacionamento seguro (cercado, coberto, protegido) para comportar pelo menos 05 (cinco) veículos ou equipamentos da frota do órgão simultaneamente;

4.4.1.4. Fornecerá acesso aos sistemas para que possa ser verificado a veracidade dos valores apresentados como referência;

4.4.1.5. Se for o caso, será feito pela Administração visita técnica nas oficinas e lojas por um representante designado da Companhia de Engenharia Equipamento e Manutenção, para averiguar as reais condições das empresas vencedoras das propostas de cumprir o contrato, sob pena de desclassificação das que não oferecerem as exigências mínimas deste Termo de Referência;

4.5. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço (Atestado de Vistoria - Anexo VI do Edital).

4.6. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços mecânicos será iniciada a partir da assinatura do contrato;
5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho.

5.1.3. Alguns serviços serão realizados pelo Batalhão, quando for o caso; Ainda, nos casos em que seja tecnicamente recomendável, o(s) serviço(s) mecânico(s) serão prestados pelos mecânicos da contratada.

5.1.4. Uma vez emitida e enviada por e-mail a Ordem de Serviço por parte da Contratante, a Contratada deverá iniciar a prestação do serviço em até 3 (três) dias úteis do envio do documento citado.

5.1.5. Deverá ser realizado, previamente, um diagnóstico nos equipamentos de engenharia e viaturas, com a emissão de um relatório dos serviços a serem executados, onde conste o orçamento e a previsão de dias para a realização da manutenção.

5.1.6. Os serviços deverão ter prazo de execução de 07 (sete) dias corridos e respeitados pela CONTRATADA, devendo informar a CONTRATANTE eventuais atrasos na execução.

5.1.7. O fornecimento de peças de reposição e acessórios avulsos, ou seja, sem a contratação de serviços (sem custo homem-hora), será efetuado parceladamente, conforme as necessidades do 7º BEC no seguinte

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC): Av. Nações Unidas, nº 2100, bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 07h30 às 16h30, de segunda-feira à quinta-feira, e das 07h30 às 12:00, às sextas-feiras.

Especificação da garantia do serviço

5.4. O prazo de garantia dos serviços é de 3 (três) meses.

Condições de Entrega

5.5. Os serviços mecânicos serão realizados parceladamente, de acordo com a necessidade do órgão e conforme a disponibilidade de recursos orçamentários descentralizados pelo escalão superior;

5.5.1 Os serviços mecânicos nos equipamentos e viaturas do 7º BEC serão realizados prioritariamente nas oficinas do Batalhão, somente em caso de relatório técnico de impossibilidade, poderá ser autorizada a condução da viatura/equipamentos até a oficina, sendo os custos de transporte das viaturas de responsabilidade da Contratada. Nos casos em que seja tecnicamente recomendável (relatório técnico de impossibilidade aprovado pelo Setor técnico do 7º BEC), o(s) serviço(s) mecânico(s) serão prestados na

(s) oficina(s) da Contratada. Correrá por conta da Contratada os custos com os deslocamento dos veículos/equipamentos até a oficina, bem como os deslocamentos de volta;

5.5.2. Não serão ofertadas estadia bem como alimentação aos prestadores de serviços que estarão envolvidos nas manutenções das viaturas e equipamentos dentro das oficinas do 7º BEC;

5.6. Os veículos serão entregues à Contratada no horário comercial, podendo a entrega, em comum acordo, ser realizada fora do expediente;

5.7. A entrega de peças/acessórios avulsos se seguirá da seguinte forma:

5.7.1. O fornecimento de peças de reposição e acessórios avulsos, ou seja, sem a contratação de serviços mecânicos (sem custo homem-hora), será efetuado parceladamente.

5.7.2. O prazo de entrega não superior a 07 (sete) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho. Os materiais deverão ser entregues no horário das 09h30 às 16h00, de segunda-feira à quinta-feira, e das 07h30 às 11h30, às sextas-feiras.

5.7.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7.4. No ato de entrega do material, além da especificação da nota de empenho, a CONTRATADA deverá detalhar, na Nota Fiscal, a descrição, a quantidade e o valor unitário de cada peça a ser fornecida.

5.8. A TABELA TEMPÁRIA OFICIAL OU TABELA TPR OFICIAL DE SERVIÇOS MECÂNICOS DO FABRICANTE/MONTADORA SEGUIRÁ A SEGUINTE DINÂMICA:

5.8.1. A chamada Tabela Tempária Oficial de Serviços Mecânicos do Fabricante/Montadora, também conhecida como "Tabela TPR", é um documento ou sistema digital (base de dados) emitido/mantido pelo fabricante ou montadora de veículos e equipamentos de engenharia, que reúne o "tempo padrão de reparo" (TPR), medido em homens-hora, específico para a realização de para cada serviço mecânico de cada modelo veículo do fabricante/montadora. A referida tabela contém os códigos dos diversos serviços mecânicos e seus respectivos TPR's (tempo padrão de reparos). Cada TPR é definido pelo fabricante/montadora do veículo através de estudos de tempos realizados por sua área de assistência técnica, por meio da execução real dos serviços por mecânicos de diferentes níveis técnicos. A Tabela de TPR serve para estabelecer, de forma padronizada, uma referência para a elaboração dos orçamentos dos serviços mecânicos tanto por parte da rede de concessionárias do fabricante, como por parte das demais oficinas mecânicas interessadas em usar a tabela de TPR como referência. Como dito, o TPR é medido em homens-horas (para cada serviço, a tabela TPR estipula um número específico de homens-horas necessário para sua realização). Assim, para as oficinas que adotam a Tabela TPR, o que

varia de uma oficina para a outra é o preço cobrado pelo valor homem-hora.

5.8.2. No presente certame, a Tabela TPR Oficial do fabricante /montadora ou similar servirá de parâmetro, nos itens de prestação de SERVIÇOS. Contudo, a administração regulará o tempo homem/hora de cada serviço, tendo como base o conhecimento dos militares técnicos da Companhia de Equipamentos de Engenharia e Manutenção, bem como as diversas tabelas tempárias existentes no mercado brasileiro.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1 não produziu os resultados acordados,

7.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 10 (dez) dias.

7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.8.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;

- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24..2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice definitivo de correção monetária.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Cessão de Crédito

7.36. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.36.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.36.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.36.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.37. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MAIOR DESCONTO POR GRUPO E MENOR PREÇO POR ITENS.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}$$

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 1,0% (um por cento) do **valor total estimado da contratação**.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1. - Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.2. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.34. Apresentação do(s) profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

9.34.1. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.42.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.42.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.42.6.1. ata de fundação;

9.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1.O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável,é de R\$ 992.850,00 (novecentos e noventa e dois mil, oitocentos e cinquenta reais e zero centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

10.4. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.4.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.4.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.4.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio Branco-AC, 26 de março de 2026.

13. ANEXO I

ANEXO

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato. Nota de Empenho, Carta Contrato, Autorização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2.1 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias .

3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou

terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.21. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.22. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.23. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.27. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.28. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.29. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.30. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Rio Branco - AC, Seção Judiciária de Rio Branco - AC para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº 90008/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VICTOR LEONARDO DE MORAIS NASCIMENTO

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 10:48:24.

ANDERSON DIEL WAGNER

Equipe de planejamento

ROBERTO MARQUES MONTEIRO DE ALMEIDA

Equipe de planejamento